

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.093 - RS (2015/0005149-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **IVONE BIASIBETTI BORBA**  
**RECORRENTE** : **LOIVA WIEST JUNG - MICROEMPRESA**  
**RECORRENTE** : **MECANICA HOFFMANN LTDA**  
**ADVOGADO** : **MANFREDO ERWINO MENSCH - RS021658**  
**ADVOGADA** : **SCHIRLEY FARIAS MENSCH E OUTRO(S) - RS068265**  
**RECORRIDO** : **BRASIL TELECOM S/A**  
**ADVOGADOS** : **PAULA MALTZ NAHON - RS051657**  
: **GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046**  
: **JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS081775**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF contra acórdão proferido pelo TJRS assim ementado (e-STJ fl. 272):

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM S/A. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. AÇÕES CRT FIXA. DEMANDA PRETÉRITA.** O cumprimento de sentença está, por óbvio, vinculado à decisão exequiunda. Portanto, é descabida rediscussão acerca dos dividendos e juros sobre capital próprio oriundos das ações da CRT Fixa, que devem obedecer, no caso em tela, ao critério estabelecido pelo acórdão transitado em julgado no presente feito, em respeito à coisa julgada, conforme o disposto no art. 467 do CPC.  
**AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.** (grifos no original.)

Os primeiros embargos de declaração opostos foram acolhidos apenas para sanar omissão (e-STJ fls. 344/349) e os segundos foram rejeitados (e-STJ fls. 359/364).

Nas razões do recurso especial, as recorrentes alegam violação dos arts. 467 e 468 do CPC/1973.

Sustentam ofensa à coisa julgada asseverando que os dividendos e os juros sobre capital próprio das ações da telefonia fixa devem ser calculados de acordo com a quantidade de ações reconhecida em demanda anterior, não sendo admissível a adoção do balancete mensal.

A agravada apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 384/386).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fls. 392/397).

É o relatório.

Decido.

O recurso merece provimento.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, por isso devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

A Corte estadual negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelas

autoras manifestando-se nos seguintes termos (e-STJ fls. 275/276):

Com efeito, o cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio oriundos das ações da CRT Fixa deve seguir o critério do balancete mensal, em respeito ao título transitado em julgado neste feito.

Desimporta, nesse contexto, o número de ações deferido em demanda pretérita.

Postulado os rendimentos da CRT Fixa na presente demanda e, sendo determinada a aplicação do balancete mensal pelo título transitado em julgado, é este critério que deve ser aplicado, fins de não violar a coisa julgada deste processo.

Assim já decidiu esta Câmara:

(...)

Portanto, não merece provimento o requerimento da parte agravante acerca da incidência da coisa julgada de outra demanda no presente feito. (grifos no original.)

E, no julgamento dos primeiros embargos de declaração, complementou (e-STJ fl. 347):

Com efeito, esta Câmara comunga do entendimento de que o cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio atinentes às ações da CRT Fixa, deferidas em demanda pretérita, deve observar a decisão transitada em julgado neste feito, eis que a coisa julgada de outra demanda não deve incidir no processo em questão.

Não são consideradas, portanto, as ações deferidas em demanda pretérita.

Desse modo, os dividendos e juros sobre capital próprio da CRT Fixa devem ser calculados com base no balancete mensal.

Esse entendimento diverge da jurisprudência desta Corte, conforme os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. COISA JULGADA.

1. Definitivamente fixado na demanda anterior o número de ações a complementar, com base nesse número será calculada a parcela de dividendos e juros sobre capital próprio, pleiteada no presente feito e correspondente a tais ações, por força da coisa julgada. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.008.814/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 22/8/2017.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. IMUTABILIDADE. DIVIDENDOS. CÁLCULO COM BASE NO NÚMERO DE AÇÕES DEFINIDO EM DEMANDA ANTERIOR. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. É inviável, na fase de cumprimento de sentença, modificar o valor patrimonial das ações definido expressamente no título executivo, sob pena de ofensa à coisa julgada.

2. Os dividendos e juros sobre capital próprio deverão ser calculados proporcionalmente à quantidade de ações cujo direito à subscrição foi judicialmente reconhecido em demanda anterior, transitada em julgado.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.308.933/RS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 27/3/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. DIVIDENDOS. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. CUMULAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULAS STF/283 E 284. DIFERENÇA DE AÇÕES RECONHECIDA E DETERMINADA EM DEMANDA

ANTERIOR. VIOLAÇÃO DO ART. 170, § 1º, DA LEI N. 6.404/76. INOCORRÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- O Acórdão recorrido não trouxe à discussão a questão da cumulação do pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio, ao contrário restou consignado que são devidos tanto os dividendos quanto os juros sobre capital próprio gerados pelas ações que deveriam ter sido subscritas e não foram.

2.- Não basta à parte alegar a ocorrência das hipóteses do permissivo constitucional, sendo indispensável que seja deduzida a necessária fundamentação, com a finalidade de demonstrar o cabimento do recurso e o desacerto do acórdão impugnado. Incidente, por analogia, os enunciados 283 e 284 da Súmula do excelso Supremo Tribunal Federal.

3.- Na presente hipótese, o Tribunal de origem deixou assente que, em ação anterior, a Brasil Telecom restou condenada ao pagamento da diferença das ações em quantidade correspondente ao seu valor na data da integralização e a dobra acionária, sendo pagos os valores equivalentes a 1.987.666 ações da ré e 40.928 da Celular CRT. Na presente ação, a autora visa a receber os dividendos e os juros sobre o capital próprio das ações não subscritas pelas duas empresas, cujo valor patrimonial já foi determinado anteriormente, não havendo portanto, que se falar em violação ao art. 170, § 1º, da Lei n. 6.404/76, sob pena de ofensa à coisa julgada.

4.- A agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

5.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 74.420/RS, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/5/2012, DJe 31/5/2012.)

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para determinar que os dividendos e os juros sobre capital próprio decorrentes das ações da telefonia fixa sejam calculados observando-se o número de ações deferido nos autos da ação anteriormente ajuizada (ações da telefonia fixa).

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator